

CONCEPÇÃO DE PROFESSORES DE UM INSTITUTO FEDERAL SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA: UM PARALELO ENTRE O PERÍODO DITATORIAL DE 1964 E OS DIAS ATUAIS

HISTORY TEACHING CONCEPT OF PROFESSORS AT A FEDERAL INSTITUTE: A PARALLEL BETWEEN THE 1964 DICTATORIAL PERIOD AND CURRENT DAYS

LA CONCEPCIÓN DE LA ENSEÑANZA DE LA HISTORIA EN LOS PROFESORES DE UN INSTITUTO FEDERAL: UN PARALELO ENTRE LA DICTADURA DE 1964 Y LOS DÍAS ACTUALES

Sílvio Antônio Cardoso de Castilho^{1*} 

¹ Mestre em Filosofia e Ensino pelo Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ), licenciando em História (IFG-Goiânia).

*Autor correspondente: mozartcastilhos@gmail.com.

Recebido: 01/12/2022 | Aprovado: 31/01/2023 | Publicado: 23/02/2023

Resumo: A educação no Brasil está intimamente relacionada com as políticas implantadas em cada governo. Nos anos de 1964-1985, o país passou por um período de ditadura civil-militar que gerou grandes mudanças no ensino em geral, afetando principalmente a área de Ciências Humanas. Este trabalho teve como objetivo identificar os pontos críticos do período de ditadura civil-militar no que tange às influências e mudanças nos cursos de História, buscando identificar suas consequências e resquícios efetivos no ensino desta disciplina na atualidade. Traçou-se assim, um paralelo entre a época da ruptura democrática (1964-1985) com o momento presente visando detectar possíveis avanços e retrocessos. Aplicou-se um questionário semiestruturado com 20 perguntas aos docentes da área de História que atuavam no Instituto Federal de Goiás, em seus catorze campi, sendo este o recorte do estudo. Os resultados mostraram que os professores têm percebido algum tipo de repressão no seu processo de ensino, sendo advindo principalmente por parte dos representantes do governo, pais, comunidade e discentes. Houve sequelas na formação dos docentes das áreas de humanas no período ditatorial que se arrastam até os dias atuais, como por exemplo a formação teórica e didática precarizadas, formando cidadãos acríticos, facilmente manipulados pelo Estado, já que até os livros didáticos foram reformulados e se tornaram meros manuais técnicos, privilegiando apenas os “heróis” do país e uma cronologia dos fatos ocorridos ao longo do tempo, sendo necessário políticas assertivas em defesa de uma educação laica e emancipatória.

Palavras-chave: Ditadura civil-militar. Educação. Ensino de História. Escola sem partido.

Abstract: Education in Brazil is closely related to the policies implemented by each government. In the years 1964-1985, the country went through a period of civil-military dictatorship that generated major changes in education in general, affecting mainly the area of Human Sciences. This work aimed to identify the critical points of the period of civil-military dictatorship in terms of influences and changes in History courses, seeking to identify its consequences and effective remnants in the teaching of this discipline today. A parallel was thus drawn between the time of the democratic rupture (1964-1985) with the present moment in order to detect possible advances and setbacks. A semi-structured questionnaire with 20 questions was applied to professors in the area of History who worked at the Federal Institute of Goiás, in its fourteen campuses, this being the scope of the study. The results showed that teachers have noticed some kind of repression in their teaching process, coming mainly from government representatives, parents, community and students. There were sequels to the training of professors in the areas of humanities in the dictatorial period that drag on to the present day, such as precarious theoretical and didactic training, forming uncritical citizens, easily manipulated by the State, since even textbooks were reformulated and became mere technical manuals, privileging only the country's “heroes” and a chronology of events that occurred over time, requiring assertive policies in defense of a secular and emancipatory education.

Keywords: Civil-military dictatorship. Education. History Teaching. Non-Party School.

Resumen: La educación en Brasil está estrechamente relacionada con las políticas implementadas por cada gobierno. En los años 1964-1985, el país atravesó un período de dictadura cívico-militar que generó grandes cambios en la educación en general, afectando principalmente al área de Ciencias Humanas. Este trabajo tuvo como objetivo identificar los puntos críticos del período de la dictadura cívico-militar en cuanto a influencias y cambios en los cursos de Historia, buscando

identificar sus consecuencias y remanentes efectivos en la enseñanza de esta disciplina en la actualidad. La época de la ruptura democrática (1964-1985) con el momento presente para detectar posibles avances y retrocesos. Se aplicó un cuestionario semiestructurado con 20 preguntas a los profesores del área de Historia que actuaban en el Instituto Federal de Goiás, en sus catorce campus, siendo ese el ámbito del estudio. Los resultados mostraron que los docentes han notado algún tipo de represión en su proceso de enseñanza, proveniente principalmente de representantes gubernamentales, padres de familia, comunidad y estudiantes. Hubo secuelas en la formación de profesores en las áreas de humanidades en el período dictatorial que se prolongan hasta nuestros días, como una precaria formación teórica y didáctica, formando ciudadanos acríticos, fácilmente manipulables por el Estado, pues incluso los libros de texto fueron reformulados y convertidos en meros manuales técnicos, privilegiando sólo a los “héroes” de la patria y una cronología de hechos ocurridos en el tiempo, exigiendo políticas asertivas en defensa de una educación laica y emancipadora.

Palabras clave: Dictadura cívico-militar. Educación. Enseñanza de la Historia. Escuela no partidaria.

1 INTRODUÇÃO

Estudar História contribui para a construção da memória das nossas sociedades. Ao mesmo tempo, constitui-se elos de aprendizado com o passado e eles resultam em mudanças no presente. Os registros históricos de um povo e sua trajetória são essenciais para que se possa compreender os avanços gerados ao longo do tempo, além disso, contribuem fundamentalmente na reflexão sobre os passos dados, podendo evitar a repetição de erros (Le Goff, 2003).

A formação de historiadores e professores de História é fundamental para promover o registro dos fatos ocorridos, bem como as interpretações criteriosas das questões históricas, para que se possa conhecer as narrativas e as condições de analisá-las criticamente, propiciando uma educação histórica sólida que auxilie aos cidadãos capacidade de opinar e participar das decisões sobre os rumos da sociedade como preconizado por Rousseau (1995) e Platão (2001). Desse modo, “o ensino de História pode mostrar ao homem que ele é capaz de mudar a sua própria história, mesmo que não seja um herói. Aí ele é levado a pensar sobre si mesmo e sobre as injustiças que o cercam” (Lagôa, 1991, p. 15).

De acordo com Santos & Mororó (2019) a institucionalização das licenciaturas no Brasil foi influenciada pelos aspectos políticos, econômicos e sociais, tendo sua origem associada à regulação da exigência da licença para exercer a docência. Estes autores ressaltam ainda que as alterações ocorridas no cenário universitário na década de 1960 proporcionaram a desvinculação das licenciaturas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e a criação dos departamentos específicos para cada área de conhecimento.

Nessa perspectiva, Fonseca (1993), Assis (2006) e Moura & Goes (2014) pesquisaram o papel do professor, principalmente o de História entre o período do regime ditatorial civil-militar e durante o processo de redemocratização do Brasil, apresentando aspectos do retrocesso na organização dos cursos, e a pressão a que estes foram submetidos para adequar os conteúdos clássicos abordados em suas ementas, sendo alguns retirados e outros tendo suas narrativas alteradas para atender aos interesses do regime antidemocrático, priorizando aspectos morais cívicos em detrimento da análise historiográfica crítica da nação brasileira e mundial.

A ditadura que vigorou no Brasil entre o período de 1964 a 1985 pode ser caracterizada como uma ditadura civil-militar por ter sido apoiada pelo empresariado brasileiro, principalmente aos grandes bancos e federações industriais do país, além do governo americano através da USAID – United States Agency for

International Development (Moura & Goes, 2014). Neste trabalho, utilizar-se-á esta definição para abordar esta temática.

Outra questão relevante foi a fusão dos cursos de História com a Geografia, além da criação da Licenciatura curta para atender as demandas do 1º grau (atual ensino fundamental), reduzindo também a carga-horária da disciplina de História e Geografia no 2º grau (atual ensino médio). O foco do regime era potencializar a formação de docentes para atender as demandas dos projetos de desenvolvimento do país incentivados por aportes financeiros advindos do governo americano, que injetou muito recurso no MEC - Ministério da Educação para adequação dos currículos, substituição dos livros didáticos, que passaram por uma grande reformulação com “técnicos especializados”, da confiança do governo, censurando qualquer material que incitasse a população em criticar o regime em vigor na época. Fortalecimento das universidades, investindo nos cursos de engenharias e medicina, enquanto os cursos das áreas de humanas sofriam repressão direta, com demissão de professores, sequestro e tortura (Fonseca, 1993; Moura & Goes, 2014).

A parceria do MEC com a USAID apresentava propósitos muito claros, implantar no país uma educação tecnicista, atendendo as demandas do mercado em detrimento da formação crítica do cidadão. O governo militar aproveitando-se dos recursos recebidos, impunha suas regras através de um sistema de ensino que fortalecesse a obediência ao sistema, nacionalismo e enaltecia os heróis da Pátria, omitindo qualquer informação que fosse contrária aos seus interesses (Alves, 1968; Franzon, 2015).

Com essa política repressora e burocrata, os militares conduziram o sistema de ensino brasileiro às modificações em sua estrutura interna e externa, principalmente com as leis 5.540/68 (Brasil, 1968) e 5.692/71 (Brasil, 1971); reforma universitária e reforma do 2º grau, respectivamente. A partir dessas reformas no ensino brasileiro, nota-se mais intensamente, um esforço por parte do Estado (comandado pelos militares) em submeter o sistema educacional a uma progressiva desvalorização e uma forte repressão à liberdade de expressão, através do Decreto 65.814/69 (Brasil, 1969) que instituiu a convenção sobre o ensino de História (Assis, 2006). O receio de que algum professor instigasse uma revolução forçou o governo a estabelecer um decreto exclusivamente para impedir manifestações por parte desta categoria de docentes.

A repercussão da implantação das leis supracitadas evidencia o uso da repressão política e ideológica sobre a comunidade educacional, particularmente acadêmica, com cassações de professores, o jubramento de estudantes, sobretudo aqueles associados às entidades estudantis e, na atenção especial à elaboração de mecanismos de censura dos conteúdos e dos métodos de ensino que, inevitavelmente remetia para novas orientações a formação inicial, em particular para a formação do professor de História (Moura & Goes, 2014). Estas autoras apontam ainda que não seria exagero afirmar que o conjunto das disciplinas que constam nos currículos e programas escolares foi o Ensino da História uma das áreas que mais sofreu, no contexto da ditadura civil-militar no Brasil, as mais sérias restrições em seus currículos e programas. Seus efeitos trouxeram repercussões importantes na formação inicial e, em decorrência, das práticas de ensinar e aprender. De uma maneira geral, o papel da educação e das políticas direcionadas aos sistemas educacionais estavam associados ao ideário de segurança nacional e de desenvolvimento econômico.

A educação é sempre um grande trunfo nas mãos dos governos, e em se tratando de um governo ditatorial, torna-se ainda mais relevante que a educação esteja completamente sob seu controle, assim fizeram com os professores de História. Fonseca (1993), descreveu com muita lucidez o que foi gerado pelas reformas aos professores das humanidades.

Os licenciados em História e Geografia ficaram praticamente excluídos do ensino de 1º grau, passando a lecionar apenas no ensino de 2º grau, nas poucas aulas de História e de Geografia restantes, pois neste período vigorava a predominância da formação específica sobre a formação geral nos currículos de 2º Grau. Essa investida contra os profissionais de História revela a outra dimensão que vai além da econômica[...]. Trata-se do controle ideológico sobre a disciplina em nível de 1º Grau na formação de jovens, na formação dos cidadãos e do pensamento brasileiro (1993, p. 28).

Com a promulgação da Constituição de 1988 o Brasil rompe com a ditadura e se abre à Democracia. Novas propostas são implementadas com o objetivo de tornar a educação laica e que proporcionasse a formação de um cidadão mais crítico. Surgiu a Nova LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9394/96 (Brasil, 1996) na qual retomou a carga-horária das disciplinas de história, geografia, sociologia e filosofia aos currículos do ensino médio e foram criados os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) em 1997 para orientar a forma como o ensino deveria se organizar em nível nacional, respeitando o regionalismo e particularidades de cada região, promovendo a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade (Brasil, 2013).

Com a implementação da LDB as licenciaturas curtas foram extintas, postulando que a formação docente dar-se-ia em cursos superiores, de licenciaturas plenas, com exceção para os profissionais da educação infantil e das séries iniciais, que poderiam ser formados nos cursos normais. Foi na década de 1990, com o clima social e democrático do país mais consolidado, que, além da LDB, foram criadas também as Diretrizes Curriculares para os segmentos da educação básica e do ensino superior. Foi no período dos anos 1990 que os debates acerca da formação de professores reflexivos, investigativos, críticos e suas práticas, ganharam ressonância e reconhecimento fortuitos para refletir sobre os seus saberes e ações nos espaços escolares (Derossi, 2020).

Com o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, conhecido como golpe de 2016, o governo que assume o poder, Michel Temer apressa-se em aprovar as Diretrizes Curriculares para o ensino médio e a Reforma do Ensino Médio, focado em reduzir as áreas de humanidades nos currículos, propondo itinerários formativos, retomando a ideologia da escola sem partido, reiniciando um processo de precarização e retrocesso na educação brasileira (Aguiar, 2019). Durante o governo do Presidente Jair Bolsonaro, a educação ficou estagnada e perdida em um discurso evasivo, trocas constantes de ministros na pasta da Educação, deixando esta área completamente à deriva, além de aprovar uma BNCC – Base Nacional Comum Curricular sem a devida análise de especialistas e amplo debate com a comunidade, gerando um documento tecnocrático e conservador, produzido sem transparência e que teve a pretensão de ser imposto aos sistemas de ensino e às escolas (Machado, 2018; Derossi, 2020). Com esta retrospectiva da formação dos docentes da área de História, o objetivo do presente estudo foi fazer um paralelo sobre o ensino desta disciplina no governo civil-militar e a forma como o ensino de História vem sendo trabalhado nas escolas atualmente.

2 METODOLOGIA

2.1 Caracterização do estudo

A presente pesquisa trata-se de um estudo quali quantitativo, do tipo analítico. De acordo com Maciel & Raposo (2010), em uma pesquisa quali quantitativa, deve ocorrer a interação entre o pesquisador e os participantes, estabelecendo um diálogo, proporcionando trocas de saberes entre os envolvidos. Desta forma, o pesquisador constrói suas ideias baseadas nas observações do cotidiano e desenvolvidas de acordo com a bibliografia. Utilizou-se um roteiro de questões semiestruturado com perguntas direcionadas aos participantes (Gil, 2008).

2.2 Área de Estudo e público-alvo

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia foi criada através da Lei 11.892/2008 (Brasil, 2008). Optou-se por trabalhar com o Instituto Federal de Goiás (IFG) por duas razões: primeiro por ser uma instituição multicampi, presente na capital e mais 13 municípios do estado, permitindo uma avaliação geograficamente mais ampliada (Figura 1). E a segunda razão foi em decorrência de que o IFG possui a licenciatura em História no campus Goiânia e os docentes que ingressam na instituição atuam tanto na formação de novos professores de História, como também ministram aulas nos cursos técnicos integrados de nível médio e EJA – Educação de Jovens e Adultos, tornando esta pesquisa ainda mais abrangente.

Figura 1 – Mapa do Estado de Goiás apontando os municípios que possuem unidades do Instituto Federal de Goiás, 2021.



Fonte: Site do IFG disponível em: <https://www.ifg.edu.br/campus>

No momento da realização da pesquisa, o país encontrava-se com uma série de restrições em decorrência da pandemia do Coronavírus e em função disso, acessou-se os docentes de forma virtual através dos seus e-mails, convidando-os a participarem respondendo ao questionário. Encaminhou-se correio eletrônico

para os 42 professores de História do IFG e obteve-se resposta de 13 deles (31%) nos diversos *campi*, contemplando 9 *campi*, um total de 64,3%.

2.3 Metodologia da pesquisa

No período de agosto a novembro de 2021, seguindo os protocolos de segurança decorrentes da Pandemia da Covid-19, os professores foram convidados a participarem da pesquisa por e-mail, que incluía o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) sobre o trabalho, para que tomassem ciência prévia da pesquisa que estava sendo proposta, bem como o questionário eletrônico do Google Formulários, contendo 20 questões (Quadro 1).

Quadro 1 – Questões propostas no questionário aos professores participantes da pesquisa, IFG 2021.

Questões semi-estruturadas	
Bloco 1 - Dados pessoais e de formação acadêmica	
Pergunta	Respostas
1. Qual é a sua faixa de idade?	a) entre 20 e 30 anos; b) entre 31 a 40 anos; c) entre 41 a 50 anos; d) 51 anos ou mais
2. Sexo	a) Masculino; b) Feminino
3. Tipo de instituição de ensino em que fez a graduação?	a) Pública Federal; b) Pública Estadual; c) Particular; d) Outra
4. Tipo de Graduação?	a) Licenciatura Plena em Histórias; b) Licenciatura Curta em Estudos Sociais; c) Bacharelado em Histórias; d) Outro tipo de graduação
5. Período em que fez sua graduação?	a) entre 1970 a 1980; b) entre 1981 a 1990; c) entre 1991 a 2000; d) entre 2001 a 2010; e) de 2011 em diante
6. Qual é a sua titulação?	a) Especialista; b) Mestrado; c) Doutorado; d) Pós-doutorado
Bloco 2 – Dados sobre o ensino de História no período civil-militar e na atualidade	
7. Na sua opinião o período da ditadura civil-militar no Brasil exerceu influência Positiva ou Negativa sobre a Educação e formação de professores de História no Brasil?	a) positiva; b) negativa
8. Na sua percepção, quanto o período da ditadura civil-militar (1964-1985) impactou negativamente na formação de professores de História no Brasil? Obs.: A escala vai de 0 a 10, sendo 0 - nenhum impacto e 10 - máximo impacto.	Escala 0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
9. “Os anos 80 foram marcados por discussões e propostas de mudanças no ensino fundamental de História. Resgatar o papel da História no currículo passa a ser tarefa primordial depois de vários anos em que o livro didático assumiu a forma curricular, tornando-se quase que fonte “exclusiva” e “indispensável” para o processo de ensino-aprendizagem.” (FONSECA, 1993, p. 86). Na sua graduação houve algum tipo de discussão sobre a forma como os livros didáticos foram produzidos durante a ditadura civil-militar e as consequências na formação cidadã?	a) Sim; b) Não; c) Não me recordo de ter ocorrido este tipo de debate na graduação
10. Durante a ditadura a censura estava posta de uma maneira muito vigorosa, havia medo no ar, por isso a submissão ao sistema e o ensino acrítico. Em uma escala de 0 a 10 aponte se atualmente você percebe algum tipo de repressão e censura na docência?	Escala 0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Bloco 3 – Ensino de História no IFG	
11. Você adota o livro didático proposto pelo PNLD (Programa Nacional do Livro Didático)?	a) Sim; b) Não; c) Deixo optativo para os alunos; d) Utilizo alguns textos para

	enriquecer as aulas
12. Na sua percepção docente, estamos retrocedendo em aspectos educacionais ao nível da ditadura civil-militar no âmbito do IFG?	a) Sim; b) Não; c) Sinto alguns aspectos semelhantes, mas de forma sutil
13. Qual dos itens abaixo melhor representa sua forma de trabalhar em sala de aula?	a) Procuo estimulá-los a realizar análises críticas de textos, filmes e notícias; b) Busco comparar momentos históricos ao longo do tempo para que percebam a relevância da memória histórica; c) Tento não me posicionar diante de temas polêmicos, para não me indispor com a turma e a coordenação; d) Utilizo a sequência proposta pelo livro didático, proponho a leitura dos textos e analisamos conjuntamente; e) Diversificadas estratégias de acordo com os acontecimentos atuais.
14. Você se posiciona política e ideologicamente em suas aulas?	a) Sim; b) Não; c) Às vezes
15. Sobre os debates a respeito da "Escola sem Partido", qual o seu posicionamento?	a) Favorável; b) Contrário; c) Neutro
16. Você percebe algum tipo de repressão no seu processo de ensinar, de onde parte este tipo de movimento?	a) governo; b) gestão escolar; c) docentes; d) discentes; e) pais e comunidade externa; f) não percebe
17. O Regimento Geral do IFG preconiza: O IFG, em sua atuação, observa os seguintes princípios norteadores: I. compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática; III. compromisso com a formação integral do cidadão, com a produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico; IV. compromisso com a educação inclusiva e emancipatória, com a oferta de formação profissional, com a promoção do desenvolvimento socio cultural, estando sempre atento à organização produtiva, ao potencial regional, à cultura e às necessidades e expectativas do cidadão[...]. Em uma escala de 0 a 10, quanto você acredita que o IFG cumpre com estas prerrogativas institucionais?	<p style="text-align: center;">Escala</p> <p style="text-align: center;">0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10</p>
18. Justifique sua posição na questão anterior.	Resposta livre
19. No período da ditadura outro fator de extrema importância foi o interesse econômico sobre a educação. A criação dos cursos de Licenciatura Curta em Estudos Sociais para atender uma demanda urgente para substituir História e Geografia no ensino fundamental (antigo 1º grau). Coube à iniciativa privada essa gorda e muito rentável fatia da formação dos profissionais em educação de licenciatura curta. Por isso houve a necessidade de uma reestruturação do ensino superior, que culminou com várias leis que serviriam para que tal fato se tornasse possível, como é o caso do Decreto-lei nº547, de 18 de abril de 1969, que autorizou o funcionamento e organização dos cursos de licenciatura curta no terceiro grau (PLAZZA e PRIORI, 2009). Você acredita que esta alteração na formação de docentes da área de História deixou sequelas no ensino de História na atualidade? Explique seu ponto de vista.	Resposta livre
20. Qual seu vínculo com o IFG?	a) Professor EBTT Efetivo b) Professor EBTT Substituto

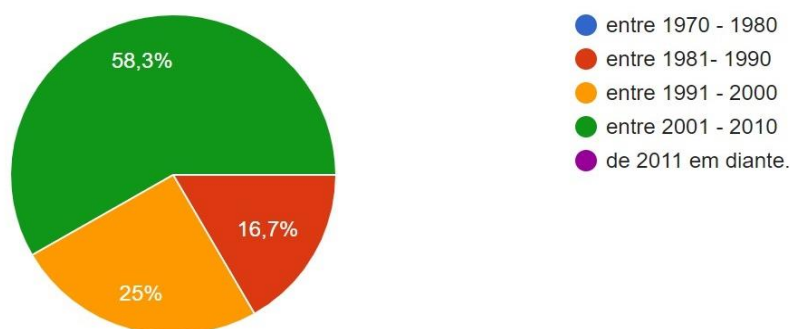
De acordo com Vergara (2010), amostra ou população amostral, é uma parte do universo escolhida segundo algum critério de representatividade. Assim, a amostra objetiva extrair um subconjunto da população que é representativo nas principais áreas de interesse da pesquisa (Roesch, 1999). Os dados gerados pelas respostas dos docentes foram analisados seguindo os princípios de análise de conteúdo preconizada por Bardin

(1977) e Quivy & Campenhoudt (1998), consolidando as ideias que tiveram maior frequência e posteriormente analisou-se as respostas obtidas de forma quantitativa e qualitativamente para conclusão da atividade. Os dados quantitativos foram transformados em percentuais, além de serem convertidos em gráficos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dos 13 professores de história do IFG que responderam ao questionário em sua maioria eram do sexo masculino (69,23%), sendo 76,92% na faixa etária entre 30 e 50 anos de idade e apenas 23,08% com idade acima de 50 anos. Em relação à formação 38,46% fizeram graduação em instituições federais, 30,77% em estaduais e 30,77% em faculdades particulares. De acordo com a figura 2, 58,23% se formaram após 2001, ou seja, o corpo docente é relativamente jovem e obteve o título de licenciado ou as duas habilitações em História após o fim da ditadura civil-militar, durante o período da redemocratização.

Figura 2 – Período em que obtiveram o título de licenciado em História dos professores do IFG, 2021.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

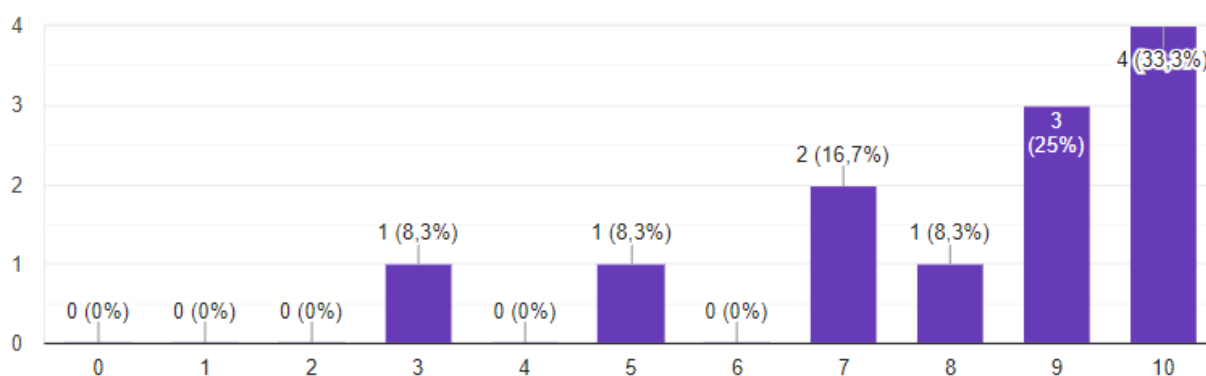
Apesar da maioria destes docentes terem obtido o título de licenciado em História após o período da ditadura civil-militar, 92,3% deles afirmaram que este período reverberou negativamente sobre a Educação, principalmente em relação à formação de professores de História. Autores como Cerri (2013) corrobora com esta interpretação, uma vez que nos seus estudos sobre a formação em História no Brasil, com base nos dados levantados pelo INEP em 2008, os cursos de preparação para formar professores de História se mostraram ao longo do tempo muito fragilizados, precarizados e desvalorizados.

As instituições de ensino que inicialmente criaram cursos de História no Brasil foram a UFRJ e USP, ainda na década de trinta, e o curso tinha como foco produzir Historiadores (bacharéis), só mais tarde, já no período da ditadura civil-militar surgiram os cursos no formato (3 + 1) com a Lei 5.540/68 (Brasil, 1968), que tratava da organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, permitindo que a habilitação para lecionar fosse incluída aos cursos de bacharelado, como uma complementação pedagógica, que seriam ministrados na própria instituição, nos departamentos de ensino, além de criar os cursos de licenciatura curta em Estudos Sociais, para formar professores em um breve espaço de tempo, para atender a demanda do ensino básico, primário, uma vez que o regime implementou as disciplinas de educação moral e cívica e estudos sociais em substituição às disciplinas de História e Geografia.

Vê-se neste contexto, um desmonte na formação de docentes e conseqüentemente na educação dos cidadãos do país, gerando assim um corpo docente com formação teórica e didática precarizadas e cidadãos acríticos, facilmente manipulados pelo Estado, já que até os livros didáticos foram reformulados e se tornaram meros manuais técnicos, privilegiando apenas os “heróis” do país e uma cronologia dos fatos ocorridos ao longo do tempo (Rosário, 2020).

Em relação a percepção dos docentes a respeito do quanto o período da ditadura civil-militar (1964-1985) impactou negativamente na formação de professores de História no Brasil? Os resultados mostraram que 84,6% acreditam ter impactado fortemente, em uma escala de 0 a 10 (figura 3).

Figura 3 - Percepção dos docentes a respeito do quanto o período da ditadura civil-militar (1964-1985) impactou negativamente na formação de professores de História no Brasil. Quanto mais próximo de 10 maior o impacto. IFG, 2021.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Torna-se relevante avaliar os impactos que estas mudanças geradas na ditadura produziram em relação à educação, especialmente na formação de professores de história/estudos sociais que se propaga até os dias atuais, sendo assim, questionou-se aos professores quais as impressões que eles tinham sobre as alterações na formação docente naquele período e se deixou sequelas no ensino de História na atualidade (Quadro 2).

Quadro 2 – Súmula das respostas da questão sobre os impactos na atuação dos docentes formados nas licenciaturas curtas na ditadura civil-militar. IFG, 2021.

Questão	No período da ditadura outro fator de extrema importância foi o interesse econômico sobre a educação. A criação dos cursos de Licenciatura Curta em Estudos Sociais para atender uma demanda urgente para substituir História e Geografia no ensino fundamental (antigo 1º grau). Coube à iniciativa privada essa gorda e muito rentável fatia da formação dos profissionais em educação de licenciatura curta. Por isso houve a necessidade de uma reestruturação do ensino superior, que culminou com várias leis que serviriam para que tal fato se tornasse possível, como é o caso do Decreto-lei nº547, de 18 de abril de 1969, que autorizou o funcionamento e organização dos cursos de licenciatura curta no terceiro grau (PLAZZA e PRIORI, 2009). Você acredita que esta alteração na formação de docentes da área de História deixou sequelas no ensino de História na atualidade? Explique seu ponto de vista.
Professores	Respostas
Participante 1	SIM, Acredito que tenha deixado sequelas em relação à formação de professores e, especialmente no que tange à relação entre ensino e pesquisa.
Participante 2	Depende do contexto. Os impactos devem ser sentidos mais nos lugares em que os professores foram formados durante a ditadura. Nos lugares em que os professores foram formados no contexto

	democrático, essa influência é menor ou inexistente...
Participante 3	Conteudismo
Participante 4	Sim. Pois houve uma superficialidade dessa formação e um esvaziamento da especificidade do ensino de história.
Participante 5	Hoje, mais de 50 anos depois, ainda há reflexos mas já houve muito progresso nas metodologias, teoria e bibliografias que possibilitaram reflexões e avanços.
Participante 6	Sim, acredito. As Licenciaturas Curtas formaram muitos professores de modo precário. Os chamados Estudos Sociais fizeram com que a História não fosse contemplada em tudo o que é necessário para uma adequada formação docente. Penso que houve um esvaziamento teórico, metodológico e político nessa formação curta e aliada aos ideais tecnicistas [...]
Participante 7	[...] A duração do curso tem importância e deve ser pensada, mas muito mais importante do que isso é garantir que não haja militância docente que crie um viés hermenêutico da história (e da ciência).
Participante 8	Sim, os danos ao processo de organização do ensino nos seus diferentes níveis não decorrem apenas de questões ideológicas, mas também de questões econômicas que muitas vezes se escondem sob um discurso ideológico.
Participante 9	Sim. Muitas sequelas. Seja pela via da tentativa de "assassinar a memória e a verdade histórica", seja pela via da disseminação do posmodernismo na historiografia, que promoveu, utilizando argumentos de suposta criticidade, uma verdadeira semiologização do real. [...]
Participante 10	Não conheço o suficiente para fazer afirmações a respeito com a devida propriedade.
Participante 11	Tal fato certamente deixou sequelas em toda a formação da cultura histórica de nossa sociedade. Isso ocorreu na medida em que esvaziou o ensino crítico de História. Formou-se, assim, um grande número de professores conteudistas e alunos reprodutores, que se tornaram cidadãos incapazes de estabelecer relações de causalidade historicamente coerentes [...]
Participante 12	A formação de professores é um processo e, como tal, não pode ser avaliado de forma linear e progressista. Sendo assim, estamos diante de avanços e retrocessos, possibilidade e limites próprios ao processo. A área de História no Brasil alcançou níveis de debates fundamentais e que constituíram importantes resultados no âmbito da pesquisa, apesar dos vários golpes sofridos na área. [...]
Participante 13	Não respondeu.

As respostas apresentadas pelos docentes apontam no sentido de confirmar que houve sequelas que se perduram até nossos dias, sendo que um dos professores disse que dependia do contexto, para este: *“Os impactos devem ser sentidos mais nos lugares em que os professores foram formados durante a ditadura. Nos lugares em que os professores foram formados no contexto democrático, essa influência é menor ou inexistente”*, ou seja, na percepção deste professor, as instituições que formam docentes na atualidade modificaram-se e buscam uma preparação mais sistematizada dos seus docentes, afastando-os das amarras da ditadura.

Dois dos participantes alegaram não saber responder à questão por não terem conhecimentos sobre o tema. Entretanto, foi possível inferir que a maioria dos docentes acreditam que as mudanças ocorridas naquele tempo deixaram sequelas até nossos dias. Outro aspecto destacado nas respostas foi *“no que tange à relação entre ensino e pesquisa”*, que foram fortemente fragilizados. *“Penso que houve um esvaziamento teórico, metodológico e político nessa formação curta e aliada aos ideais tecnicistas”* e também *“professores conteudistas e alunos reprodutores, que se tornaram cidadãos incapazes de estabelecer relações de causalidade historicamente coerentes”*. Os participantes, em sua maioria

confirmam que as marcas geradas no passado, continuam impactando na formação e prática docente, sendo potencializados estes aspectos ideológicos mais marcadamente no governo Bolsonaro.

O momento político que o Brasil vem passando é atípico, com um governo que promove o negacionismo científico, com trocas frequentes de ministros da educação, incentivo à criação das escolas militarizadas, cortes constantes de recursos para a educação, vigilância aos professores com denúncias por parte dos estudantes orientados pelo Ministério da Educação e a falta de ações efetivas no combate à pandemia, estes e outros fatores têm contribuído para um retrocesso na educação brasileira, e como é sabido em tempos pretéritos, que a política dos governos de extrema direita têm a tendência em desvalorizar a educação, principalmente as disciplinas das áreas de humanidades, buscando o controle social pela coibição da criticidade e liberdade (Alves, 2002; Castilho, 2018).

Saviani (2008) faz um alerta a respeito das consequências da ditadura até nossos dias, atingindo tanto a formação como a prática docente, em especial dos professores de História, uma vez que o papel destes professores, segundo ele, é o de relatar e analisar criticamente os fatos ocorridos ao longo da história, contribuindo para a formação de jovens conscientes dos seus direitos e livres para tomarem suas decisões, uma vez que esse regime controlou com mão de ferro, pelo exercício do poder político, o conjunto da sociedade brasileira ao longo de duas décadas. Cabe ressaltar neste aspecto da importância do professor de história na escola nas palavras de Cerri (2013, p. 179):

o curso de história deve formar seu estudante para atuar como mediador da sociedade em seu relacionamento com todas as representações do tempo, para o que precisa conhecer e ser capaz de manejar a produção de saberes e a crítica dos saberes produzidos, com capacidades técnicas para desenvolver essa função intelectual na escola e em todas as demais instituições e espaços sociais [...]

Neste trabalho, procurou-se a partir do olhar dos professores participantes, que eram docentes engajados e pesquisadores, sendo que mais de 76% deles possuíam doutorado, portanto eram profissionais altamente capacitados para discutir temáticas como esta, devido ao seu grande embasamento teórico, podiam contribuir com a elaboração de um paralelo entre as semelhanças e diferenças em relação à ditadura civil-militar imposta no país no período de 1964 a 1985 e os dias atuais no tocante ao ensino de História.

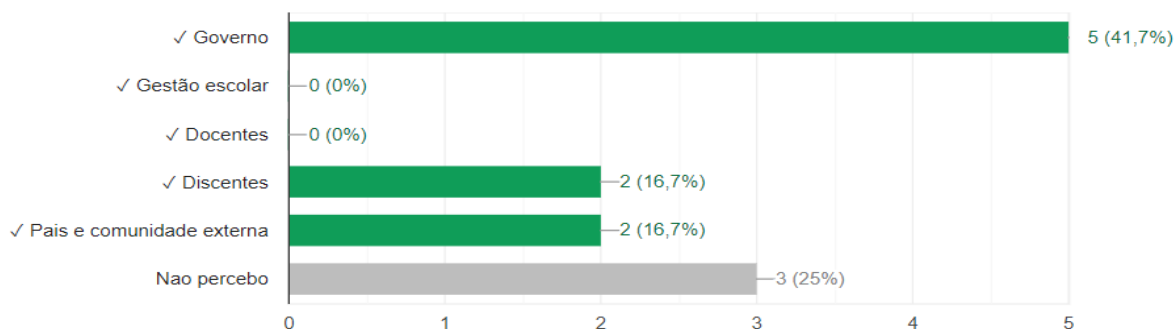
Ao se traçar paralelos com o presente, é inegável o amplo apoio da sociedade que fez Jair Bolsonaro ser eleito. Apesar dessa constatação, as causas podem ser variadas, como o antipetismo, a descrença na “política tradicional”, o conservadorismo do “Brasil profundo” e as redes sociais. Talvez o decorrer do tempo e pesquisas mais aprofundadas forneçam, no futuro, respostas mais consistentes. De qualquer forma, neste momento, é possível afirmar que o governo Bolsonaro, além da retórica, não entregou quase nada do que prometeu e muito menos do que era esperado pelos que depositaram confiança no candidato. Diante disso, é possível começar a estabelecer semelhanças significativas entre o atual governo e o regime militar.

Os impactos na educação foram muito marcantes e existe similaridade com os atos antidemocráticos e mudanças impostas pela implementação do Novo Ensino Médio nos nossos dias, com redução de carga-horária para as disciplinas das áreas de humanidades, criando itinerários formativos, que os estudantes serão induzidos a “escolher” o itinerário que desejam cursar, fragilizando a educação no país. Frigotto (2021) aponta que após o

golpe 2016, perdeu-se muito dos direitos e que o Novo Ensino Médio é uma estratégia para retirar dos jovens o direito a uma educação completa, com formação humanística, científica e cultural, que permite sua progressão para seguir uma carreira profissional ou seguir na carreira acadêmica.

Para entender como os professores percebiam sua autonomia pedagógica na atualidade, boa parte deles afirmaram sentir algum tipo de repressão, 69,2%, sendo que notam maior pressão por parte do governo atual (41,7%), seguido dos pais e comunidade externa e dos discentes (Figura 4).

Figura 4 - Você percebe algum tipo de repressão no seu processo de ensinar, de onde parte este tipo de movimento? IFG, 2021.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Os professores têm notado que mudanças promovidas pelo governo já se repercute na sua prática profissional, sentindo-se coagidos por parte do governo e com o reforço da comunidade externa e parte dos estudantes. Preocupam-se em relação ao seu posicionamento em sala de aula, com receio de que alguma das suas falas possam ser interpretadas de forma equivocada e com viés ideológico. Aspecto muito difundido pelo governo através das redes sociais, que chegam rapidamente aos ouvidos da população.

Frigotto (2021, p. 127) no seu artigo intitulado *Sociedade e Educação no governo Bolsonaro: anulação de direitos universais, desumanização e violência* alerta para a venda do patrimônio público, que anula o futuro, somando-se a este aspecto o processo de “militarização das escolas, a intervenção na autonomia universitária e nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, a censura ao campo cultural e educacional e a política do livro didático oficial orientado pelo moralismo e pelo fundamentalismo político e religioso”.

Estes fatores promovem um desconforto nos docentes, principalmente aqueles que atuam nas disciplinas de humanidades, pois muitas vezes são considerados subversivos, baderneiros, contrários às leis morais de certas religiões, estes com receio de sofrer algum tipo de repressão ou risco a sua integridade física e moral, procuram agir com mais “cautela” nas aulas. Esta pressão fere os princípios consolidados na LDB 9.394/1996 que no seu artigo 3º afirma que o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: [...] II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância.

Ao discorrer sobre os métodos de ensino utilizados nas aulas de História, os docentes apontam uma preferência por diversificar suas formas de apresentar os conteúdos, aplicando estratégias que permitem estimulá-los a fazer análises críticas de textos, filmes e notícias (30,8%), comparando momentos históricos

(30,8%), além de aplicar metodologias diversificadas a partir de acontecimentos e fatos atuais (38,5%). Esta postura dos docentes, mesmo diante de um cenário sombrio, tem buscado driblar a situação, estimulando os jovens a desenvolverem um espírito crítico, para que não sejam facilmente manipulados, estando em consonância com o que é preconizado pelos mais modernos métodos progressistas da atualidade: teoria libertadora (Paulo Freire), teoria libertária (Miguel Arroyo) e teoria crítico-social dos conteúdos (José Carlos Libâneo e Dermeval Saviani), adotando um currículo multiculturalista.

Percebeu-se neste sentido, que os docentes entrevistados preconizavam ir na contramão do que está sendo proposto pelo governo atual, que busca manipular os temas dos livros didáticos, censurando determinados assuntos, que estão em discordância com a narrativa do seu projeto de governo e impondo aos docentes comportamentos imparciais no trato de alguns temas, tais como: as questões políticas; a questão de gênero; aborto, dentre outros. Atentando-se apenas aos conteúdos disponíveis nos livros didáticos tolhendo a criticidade dos estudantes e a liberdade pedagógica dos docentes (Penna, 2017).

A maioria dos docentes se posicionaram contrários ao projeto “escola sem partido” (92,3%) e 53,85% deles disseram se posicionar politicamente nas suas aulas frequentemente e 30,77% às vezes. Este parecer dos docentes da instituição reforça que em suas aulas, há discussões sobre visões divergentes quanto ao cenário político e ideológico, contribuindo para uma formação crítica entre os estudantes e docentes, fortalecendo a liberdade democrática e como dizia Paulo Freire (2011) “não existe imparcialidade, todos são orientados por uma base ideológica. A questão é: sua base ideológica é inclusiva ou excludente?”

Diversos autores têm mostrado os aspectos negativos na formação de professores durante a ditadura civil-militar (Moura & Goes, 2014; Santos & Mororó, 2019; Derossi, 2020; Frigotto, 2021), citando dentre eles, principalmente a reforma das licenciaturas que ocorreu neste período através da Lei nº. 5.540/1968, além disso, a redução da carga-horária das disciplinas de humanidades, reforçaram os interesses do regime em coibir a formação crítica da população.

O paralelo gerado por esta pesquisa envolvendo os aspectos relacionados à educação no período da ditadura civil militar e os dias atuais apontam algumas similaridades, dentre elas têm-se: a redução de carga-horária das disciplinas de humanidades, no passado com a substituição de história e geografia por educação moral e cívica e OSPB, hoje redução de carga-horária das disciplinas de humanidades em função da implementação dos itinerários formativos; outro fator de semelhança é a repressão quanto ao posicionamento político dos docentes na sua prática pedagógica, na ditadura silêncio, inspecionamento por parte do SNI (Sistema Nacional de Informação) de qualquer ato “inadequado” dos professores, sendo impedidos de se manifestar e morte, atualmente violência simbólica com a criação de um canal de denúncia para que estudantes e pais informem o governo quando um professor abordar temas sensíveis aos interesses ideológicos contrários ao governo.

Outro aspecto de congruência entre os dois momentos é a fragilização do ensino superior e valorização dos cursos profissionalizantes. Na atualidade este enfraquecimento vem associado ao fortalecimento da “escola sem partido”, contratação de profissionais para atuarem como docentes sem formação acadêmica, denominado como “notório saber”, negacionismo científico e estrangulamento do orçamento destinado à educação,

inviabilizando a continuidade de diversos projetos científicos, bem como um sucateamento dos espaços escolares, além das declarações do ex-Ministro da Educação Abraham Weintraub expressando abertamente que “os recursos do Estado deveriam ser destinados à formação de Médicos, Veterinários e Engenheiros, e quem quiser fazer cursos de Filosofia, Sociologia, História e Geografia, que faça com seus próprios recursos”. E outro aspecto que dialoga com os fatos ocorridos na ditadura é o ideário nacionalista, que no atual governo se consolida com a destinação de recursos para criação e ampliação das escolas militarizadas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho torna-se relevante para auxiliar a pensar e repensar os possíveis impactos negativos advindos do período ditatorial de 1964-1985, no ensino e aprendizado de História, bem como promover subsídios para um diálogo sobre a importância da formação crítica e emancipadora atualmente.

A questão política sempre atuou no espaço educacional, algumas vezes promovendo seu desenvolvimento, em outros retrocessos, por questões ideológicas dos governantes que estavam no poder, em especial as áreas de humanidades, como a História, é uma das que mais sofre retaliações em governos ditatoriais, algo que “se justifica”, pela necessidade de alienar a população, associando seus posicionamentos em nome da família e da igreja, instrumentos que facilmente são absorvidos como verdade pelas pessoas alienadas. Estes aspectos podem ser observados no governo de Jair Bolsonaro, trazendo à tona muitas características da ditadura civil-militar que se implantou no país na década de 1960.

A ditadura deixou sequelas aos historiadores, desde a sua formação até a maneira de lecionar a disciplina em todos os níveis de ensino. Os professores percebem uma sutil pressão no sentido de impedi-los de revelar os bastidores da ditadura na escola, e esta pressão parte principalmente do governo. Os participantes mostraram que utilizam ferramentas diversificadas nas suas aulas, estimulando a formação crítica dos seus pupilos e a maioria se posiciona contrária à “Escola sem Partido”.

Lutar por uma formação docente robusta e que permita um exercício da crítica histórica sem fundamentalismo e militância é essencial, para que possamos ter professores que estimulem a crítica saudável no ambiente acadêmico, preparando os cidadãos para terem uma percepção clara dos fatos e possam se posicionar de forma livre quanto às suas compreensões de mundo, respeitando as diferenças. Este alerta foi apontado por um dos professores de História do IFG e cabe aqui sua reprodução integral.

Desse modo, esta pesquisa pode auxiliar a comunidade escolar no sentido de alertá-la sobre um possível retrocesso perante todos os avanços obtidos nos últimos anos no campo do saber e ensinar; dos direitos e dignidade humana de sua cultura e liberdade, instigando a luta pela defesa da educação de qualidade e fortalecimento da pesquisa e extensão no ambiente escolar de forma crítica, gerando subsídios para um diálogo constante, de tal forma que se repense a temática do ensino emancipador e livre de restrições advindas de períodos onde o senso crítico era firmemente coibido, facilitando desta forma uma educação emancipadora e que não permita nenhum tipo de retrocesso.

Agradecimentos

Todas e todos os professores/as de História do IFG que colaboraram com a realização deste trabalho em um momento crítico de isolamento social em decorrência da Pandemia de Covid-19 e que concordaram gentilmente em participar desta pesquisa respondendo as questões de forma remota.

Conflitos de interesses

O autor declara que não há conflitos de interesse. O autor está ciente da submissão do artigo.

Contribuições dos autores

Desenvolvimento do projeto, confecção do questionário, revisão de literatura, análise dos resultados e elaboração do texto final.

REFERÊNCIAS

- Aguiar, M. A. S. (2019). Reformas conservadoras e a “Nova Educação”: orientações hegemônicas no MEC e no CNE. *Educação & Sociedade*, 40. <https://doi.org/10.1590/es0101-73302019225329>
- Alves, D. J. (2002). *A filosofia no ensino médio – ambiguidades e contradições na LDB*. Autores Associados. Campinas – SP.
- Alves, M. M. (1968). Beabá dos MEC-USAID. Rio de Janeiro: Gernasa, Disponível em: http://www.dhnet.org.br/verdade/resistencia/marcio_alves_beaba_mec_usaid.pdf. Acesso em 19/01/2023.
- Assis, L. A. O. (2006). *Rupturas e permanências na História da Educação brasileira: do regime militar à LDB/96*. Praxis (Salvador), ano III.
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Brasil. (1968). *Lei 5.540/1968*. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média.
- Brasil. (1969). *Decreto No 65.814, de 8 de dezembro de 1969*. Promulga a Convenção sobre o Ensino da História. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos.
- Brasil. (1971). *Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971*. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm.
- Brasil. (1996). *Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996*. Documenta, Rio de Janeiro. Fixa diretrizes e bases para a educação nacional.
- Brasil. (2008). *Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008*. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. D.O.U. Seção 1, de 30 de dezembro de 2008. Brasília, DF.
- Brasil. (2013). *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica* / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI.

- Castilho, S. A. C. (2018). O ensino de filosofia nos cursos de ensino médio integrado do CEFET/RJ. *Dissertação de mestrado*. Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, 84p.
- Cerri, L. F. (2013). A formação de professores de história no Brasil: antecedentes e panorama atual. *História, histórias*. Brasília, 1 (2), 167-186. <https://doi.org/10.26512/hh.v1i2.10730>.
- Derossi, C. C. (2020). Histórico dos cursos superiores de História e da formação dos professores de História no Brasil (1931-1998). *Gavagai*, Erechim, 7 (1), 84-103. <https://doi.org/10.36661/2358-0666.2020v7n1.11853>.
- Fonseca, S. G. (1993). *Caminhos da história ensinada*. /Selma Guimarães Fonseca. Campinas-SP: Papirus.
- Franzon, S. (2015). Os acordos MEC-USAID e a reforma universitária de 1968 – as garras da águia na legislação de ensino brasileira. XII EDUCERE – Congresso Nacional de Educação. PUCPR, 26 a 29 out. 2015. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5070059/mod_resource/content/1/ACORDOS%20MEC%20USAID%20E%20REFORMA%20UNIVERSIT%C3%81RIA%20DE%201968.pdf. Acesso em 22/01/2023.
- Freire, P. (2011). *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra.
- Frigotto, G. (2021). Sociedade e educação no governo Bolsonaro: anulação de direitos universais, desumanização e violência. *Revista Desenvolvimento e civilização*, 2 (2), 118-138. <https://doi.org/10.12957/rdciv.2022.66270>
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6.ed. São Paulo: Atlas.
- Lagôa, A. (1991). História: O bonde que a escola perdeu. *Revista Nova Escola*.
- Le Goff, J. (2003). *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitão. 5º Ed. Campinas: Editora da UNICAMP.
- Machado, K. (2018). Entrevista: Salomão Ximenes. “Temos um documento tecnocrático e conservador, produzido sem transparência”. *Fiocruz*, Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/entrevista/temos-um-documento-tecnocratico-e-conservador-produzido-sem-transparencia>. Acesso em 20 jan. 2023.
- Maciel, D. A., Raposo, M. B. T. (2010). *Metodologia e construção do conhecimento: contribuições para o estudo da inclusão*. Brasília: Universidade de Brasília.
- Minayo, M. C. S. (1994). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes.
- Moura, M. L., Goes, G. M. V. (2014). “Ser professor de História” na ditadura militar no Brasil: aprendizados. XIII Encontro Cearense de Historiadores da Educação. III Encontro Nacional do Núcleo de História e Memória da Educação. III *Simpósio Nacional de Estudos Culturais e Geoeducacionais*, 1-11.
- Penna, F. A. (2017). A Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: Frigotto, G. (Org.) *Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*/ Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 144p.
- Platão. (2001). *A república*. Trad. Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Quivy, R., Campenhoudt, L. (1988). *Manual de investigação em Ciências Sociais*. Gradiva. 2ª ed. Rio de Janeiro.
- Roesch, S. M. A. (1999). *Projetos de estágio e de pesquisa em Administração: guia para estágios, trabalho de conclusão, dissertações e estudos de caso*. 2.ed. São Paulo: Atlas.
- Rosário, M. J. A. do. (2020). Histórias de adesões, acomodações e resistências em tempos de ditadura. *Revista HISTEDBR On-Line*, 20, e020036. <https://doi.org/10.20396/rho.v20i0.8655324>
- Rousseau, J. (1995). *Emílio ou da educação*. Trad. Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Santos, C. W. dos, & Mororó, L. P. (2019). O desenvolvimento das licenciaturas no Brasil. *Revista HISTEDBR On-Line*, 19, e019018. <https://doi.org/10.20396/rho.v19i0.8652339>

Saviani, D. (2008). Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. *Revista Brasileira de Educação*, 14 (40).